

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Sincericídio de Gonet ao microfone: "Fiz c..."

STF devia pedir a Deus "um pouco de malandragem"

O mesmo experiente advogado que na semana passada conversou com o Correio Político sobre o julgamento da ação sobre o golpe na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) voltou a fazer observações, depois dos momentos desastrosos ocorridos na sexta-feira (23), quando depôs como testemunha o secretário de Relações Internacionais do governo

de São Paulo e ex-ministro da Defesa, Aldo Rebelo. Para esse advogado, os ministros do Supremo e o procurador-geral da República, Paulo Gonet, deveriam ouvir mais e prestar mais atenção à canção de Cazuzza e pedir "a Deus um pouco de malandragem". Do contrário, podem acabar sucumbindo na impressão, que já os fustiga, de parcialidade e viés político.

"Fiz c..."

Tudo começou com o constrangimento de Paulo Gonet. Ao inquirir Aldo Gonet começa com "o senhor acredita...". Erro crasso. Testemunhas relatam fatos. Não interpretam. Ao perceber o erro, Gonet comenta sem perceber que seu microfone estava aberto: "Fiz c..."

Interpretação

A "c..." de Gonet, segundo ele mesmo, abriu espaço para que Aldo fizesse, então, uma interpretação do que disse o ex-comandante da Marinha Almir Garnier, na famosa reunião com o ex-presidente Jair Bolsonaro. Levando Alexandre de Moraes a ameaçá-lo de prisão.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Ameaça de prisão de Moraes a Aldo: exagero

Exageros como os de sexta comprometem o Supremo

Na avaliação desse advogado, mais um evidente exagero na lista de exageros de "Xandão", como o chamam seus desafetos (mas apelido do qual, desconfia-se, no fundo ele gosta). Se Aldo interpretou o que Garnier disse, foi Gonet quem deu a brecha. Dando a Aldo, talvez, a chance mesmo de dizer que não deveria haver

"censura" à sua percepção. O que, então, não parecia ser motivo suficiente para ser ameaçado de prisão por desacato. Uma sucessão de erros, portanto, que levam o advogado ouvido pelo Correio Político a sugerir que todos ali peçam "a Deus um pouco de malandragem". Mesmo antes do episódio, essa já era a impressão.

Figueiredo

Caso da demora quando ao julgamento de Paulo Figueiredo, neto do ex-presidente da ditadura João Figueiredo, o núcleo de uma pessoa só na denúncia. Ele mora nos Estados Unidos. Não fez defesa prévia. Não há data para a Primeira Turma julgar se o torna réu ou não.

Rio

Alexandre de Moraes tinha determinado que a intimação a Figueiredo fosse entregue a ele no seu antigo endereço no Rio de Janeiro. O oficial de Justiça foi lá e, naturalmente, não o encontrou. Por que julgá-lo à revelia quando se sabe que não mora no Rio?

Erro

Discute-se julgar Paulo Figueiredo à revelia. Talvez novo erro. Ele mesmo diz que recentemente foi comunicado pela Justiça do Rio de Janeiro a respeito de um processo de ordem tributária. Da mesma forma, o STF poderia chegar a ele no exterior e permitir sua notificação.

Dino

Para esse advogado, o restante da turma deveria se espelhar em Flávio Dino na ação sobre as emendas ao Orçamento. Com o traquejo de político, Dino tem conseguido fazer com que todo o desgaste pela insistência na falta de transparência fique com o Congresso ou o Executivo.

Alcolumbre ganha mais tempo na crise do INSS

Presidente adia para junho instalação da CPMI

Jefferson Rudy/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

Quando viajou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a Rússia e a China, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) deixou claro a ele: não poderia evitar a instalação da CPMI do INSS – as comissões de inquérito são um instrumento da minoria, e a oposição tinha conseguido o mínimo de assinaturas necessárias. Mas ele podia adiá-la o máximo possível. Nessa tarefa, Alcolumbre ganhou mais duas semanas.

Estava agendada para esta terça-feira (27) uma sessão conjunta entre deputados federais e senadores para discutirem 60 vetos presidenciais. A expectativa era que Alcolumbre aproveitasse, então, essa sessão para ler o requerimento que solicita a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigue as fraudes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Isso porque a comissão somente poderá ser instalada após o presidente do Senado ler o pedido da abertura numa sessão do Congresso. Contudo, em conversa com a imprensa na última quinta-feira (22), Alcolumbre comunicou que adiará a sessão conjunta para o dia 17 de junho. Ou seja, a partir da terça (27), o governo ganha mais dez dias ou para dar melhores soluções à crise com os aposentados ou para se organizar para o embate na CPMI.

Falta de acordo

Segundo o presidente do Senado, a base governista e a



Alcolumbre adia por mais dez dias a CPMI do INSS

oposição não chegaram a um acordo quanto aos vetos presidenciais – se acatam ou derrubam as decisões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Diante disso, ele afirmou que era necessário ampliar o tempo de negociação para que a sessão tenha um acordo entre as partes. "O que ocorre concretamente é que não vou fazer uma sessão do Congresso Nacional somente para fazer a leitura de um requerimento de uma CPMI. Não devo fazer", disse Alcolumbre.

"Impreterivelmente nós vamos ter uma sessão do Congresso Nacional para deliberarmos tudo o que tiver para deliberar. Sejam vetos acordados ou não, sejam vetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias [LDO] acordados ou não, e se-

jam requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito", ele reiterou.

Câmara

Enquanto isso, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), adiantou que nesta semana o foco da Casa será no pacote antifraude do INSS. Ou seja, justamente a criação de instrumentos para evitar novas fraudes como a que retirou ilegalmente bilhões de reais dos aposentados. O pacote é composto de 53 projetos de lei voltados para combater fraudes contra aposentados e pensionistas. Dentre as propostas, a Câmara aprovou na última semana a urgência do PL que proíbe o desconto automático de mensalidades de associações

e sindicatos nos proventos pagos pelo INSS. Foi justamente a possibilidade desses descontos que gerou a fraude. A expectativa é que ele anuncie o relator do pacote nos próximos dias.

Diante dos adiamentos da comissão mista, a oposição não desiste de tentar emplacar outra CPI do INSS na Câmara dos Deputados. Porém, como adiantado pelo presidente da Casa, o pedido entra na fila de outros 12 pedidos de instalações de CPIs de temas diferentes que tramitam na Câmara. E segundo o regimento interno da Casa, somente cinco Comissões Parlamentares de Inquérito podem funcionar ao mesmo tempo. Com isso, se respeitada a ordem de pedidos de CPIs, a abertura do colegiado na Câmara iria demorar muito mais.

PL do licenciamento ambiental é novo cabo de guerra

Andressa Anholetto/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

Após ser aprovado no Senado Federal, a Câmara dos Deputados recebe novamente o projeto que cria a Lei Geral do Licenciamento Ambiental (PL 2159/2021), que simplifica a concessão de licenças para empreendimentos de menor impacto ambiental através da flexibilização e padronização da emissão da licença em todo território nacional. A expectativa, segundo o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), é que a Câmara defina o calendário para o projeto nesta semana, mas ainda não há previsão de quem será o relator da medida.

O licenciamento ambiental é responsável por autorizar a instalação, ampliação e operação de empreendimentos que utilizam recursos naturais ou que podem causar impacto ao meio ambiente. O projeto é considerado polêmico. Os favoráveis à medida alegam que a simplificação das regras destravar e impulsionará a indústria e o desenvolvimento econômico do país, especialmente no campo do agronegócio. Já os que são contra alegam que o projeto aumentará o desmatamento e demais complicações ambientais.

O projeto

O projeto dispensa a necessidade da licença em caso de atividades que não ofereçam risco ambiental ou que, mesmo que ofereçam risco ambiental, envolvam calamidade pública ou



Para Tereza Cristina, o projeto traz "avanços"

soberania nacional. Além disso, a medida também libera a medida para empreendimentos agropecuários de cultivo de espécies de interesse agrícola, pecuária extensiva, semi-intensiva e intensiva de pequeno porte.

Alguns pontos polêmicos citados no projeto são: a inclusão da mineração de grande porte; a criação da Licença Ambiental Especial (LAE), que dispensa etapas e prioridade de análise para projetos considerados prioritários pelo Poder Executivo; e concede Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC), baseada em autodeclaração do empreendedor.

"Grandes avanços"

Ao Correio da Manhã, a relatora do projeto no Sena-

do, Tereza Cristina (PP-MS), destacou que, se sancionada, a nova lei "trará grandes avanços para o Brasil" e reiterou que a medida "não fragiliza o licenciamento ambiental".

"Nós já temos a Lei Complementar nº 140, de 2011, que determina o que é e quem faz o licenciamento, definindo a divisão de competências entre União, estados e municípios. Ou seja, não é apenas o Ibama e o Conama que têm atribuições, mas todos os entes federativos", disse a senadora, referindo-se ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). "Vários Estados já trabalham com a LAC, que

não é autodeclaratória; quem diz o que deve ser feito e quem fiscaliza é o licenciador. Então esse novo marco apenas organiza esse cipoal de 27 mil regulações, estabelecendo prazos e ritos definidos", destacou a senadora.

Tereza Cristina ainda reiterou que "nada muda para grandes obras, e até dobramos as penas para quem desrespeitar o licenciamento".

Inconstitucional

Contudo, mesmo com as declarações da relatora, ambientalistas e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA) classificam a medida como inconstitucional e, caso o projeto venha a ser aprovado no Congresso e sancionado pelo Executivo, devem acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para julgar o caso. Em nota, o Ministério do Meio Ambiente declarou que o projeto representa uma "desestruturação significativa do regimento existente sobre o tema e representa risco à segurança ambiental e social no país".

Em conversa com a reportagem, o secretário-Executivo do Observatório do Clima, Marcio Astrini, lembrou que a barragem e reservatório da usina hidrelétrica Rio Manso, em Brumadinho (MG), "quando foi licenciada, era considerada de médio impacto". Em 2019, a barragem de Brumadinho se rompeu, resultando em uma das maiores tragédias ambientais do país, com 270 mortos vítimas do rompimento.